

BASE DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

TRADING SERVICE BASIS OF THE SOUTH-CENTRAL TERRITORY OF PARANA: AN EXTENSION EXPERIENCE

UFSC - SC / UNICENTRO - P R /
UENP - PR

ALBERTON, Vanessa¹

FREITAS, Carlos Cesar Garcia²

TELEGINSKI, Marinice³

RESUMO

Com a finalidade de auxiliar nos processos de comercialização de organizações de agricultores familiares do Território Centro-Sul do Paraná, a Base de Serviço de Comercialização (BSC), ligada ao programa Universidade Sem Fronteiras, atuou junto a 13 associações e 3 cooperativas, no período de um ano. Fruto dos trabalhos de acompanhamento em campo, o presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência do projeto de extensão BSC. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva, com caráter exploratório, por meio de pesquisa de campo e observação participativa. Como resultado, observou-se que os maiores problemas das entidades estão nas áreas de gestão e capacitação dos recursos humanos, culminando em uma série de deficiências na comercialização e distribuição das produções dos agricultores familiares. Por meio da BSC, foi possível realizar ações que permitiram minimizar as deficiências encontradas.

Palavras chaves: Agricultura familiar. Projeto de Extensão. Base de Serviço de Comercialização. Território Centro-Sul do Paraná.

ABSTRACT

In order to assist in the processes of commercialization of agri-producer families' organizations from the South-Central Territory of Paraná, the Trading Service Basis (TSB), connected to the University without Borders program, has worked jointly with 13 associations and 3 cooperatives for one year. Fruit of an accompaniment work in the field, this scientific article aims to present the project TSB extension experience. Therefore, a descriptive and qualitative research was conducted, an exploratory feature, through a field research and participant observation. As result, it was observed that the most difficult problems of the entities are in management areas and human resources training, culminating in a series of deficiencies in the trading and distribution of the family farmers' productions. Through the TSB, it was possible to perform actions that allowed to minimize the deficiencies found.

Keywords: Family agriculture. Extension Project. Trading Service Basis. South-Central Territory of Paraná.

1 Aluna do curso de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Brasil. E-mail: valbertontur@gmail.com

2 Professor da Universidade Norte Pioneiro (UENP), Brasil. Doutor em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. E-mail: cesarfreitas@sercomtel.com.br

3 Aluna do curso de Mestrado em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. E-mail: marinice.teleginski@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Território Centro-Sul do Paraná (TCSP) é composto por 12 municípios (Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares) e possui uma população de 236.719 habitantes, sendo que, desse total, 106.417 são residentes no meio rural (IBGE, 2010).

O Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2006) mostra que os estabelecimentos que se encaixam como pertencentes à agricultura familiar somam 21.920 e ocupam 290.551 ha, correspondendo a 88,5% do total desses espaços e a 45,2% da área total dos estabelecimentos rurais do Território. Ainda, o TCSP compreende uma vasta área geográfica, porém com baixo índice de urbanização, caracterizado por atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo. Como estratégia de colonização, historicamente, suas extensas áreas foram ocupadas por pequenas propriedades agrícolas familiares, que se dedicavam à extração da erva-mate e à agricultura alimentar, enfrentando os obstáculos impostos pela presença de áreas acidentadas e de solos com baixa fertilidade (IPARDES, 2007).

Tendo como característica marcante o povoamento escasso e apresentando bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo, a região desenvolveu o processo de integração com áreas paranaenses mais empreendedoras em épocas mais tardias, “em função da quase total ausência de vias de comunicação que estimulasse a circulação de mercadorias e fomentasse a produção” (IPARDES, 2007, p. 24). Nesse contexto, como estratégia de superação das dificuldades locais, ações coletivas foram realizadas por meio da criação de diversas associações e de algumas cooperativas (quatro). Porém, apesar dos avanços obtidos, essas organizações ainda apresentam diversas deficiências, em especial a baixa profissionalização de seus membros, em relação aos processos de gestão (IPARDES, 2007).

Diante dessa demanda, foi criada a Base de Serviços de Comercialização (BSC), com o intuito de auxiliar essas entidades, apoiando iniciativas coletivas de comercialização dos agricultores e o processo de gestão social, de modo a viabilizar o acesso às políticas públicas. Com o objetivo de contribuir para a adequada concepção, estruturação, planejamento e operação do sistema de comercialização dos produtos rurais, uma Base de Serviço visa incrementar a apropriação de valor gerado, como elemento de dinamização econômica dos territórios (BRASIL, 2013a).

Considerando a necessidade de apoio que as organizações de agricultores demandam, a BSC do Território Centro-Sul surge como uma ferramenta auxiliadora nos processos de comercialização dos produtos da agricultura familiar, atuando junto a elas e realizando, entre outras ações, a análise por meio da matriz SWOT.

Diante da importância da iniciativa da BSC, como metodologia de intervenção social, foi desenvolvido o presente artigo que tem o intuito de divulgar a experiência extensionista realizada entre setembro de 2012 e dezembro de 2013. Refere-se ao projeto de extensão intitulado “Apoio ao Processo de Fortalecimento da Gestão Social Através da Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar”, vinculado ao Programa Universidades Sem Fronteiras, em parceria com a Universidade Estadual do Centro Oeste e financiado pela Fundação Araucária.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como forma de embasamento para as análises e reflexões necessárias ao longo desse trabalho, são abordados temas como: extensão universitária, base de serviço de comercialização, agricultura familiar e mercado institucional, com destaque para os programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O ensino superior, que possibilita a existência e execução da extensão universitária, tem como função, de acordo com o artigo 43, parágrafos VII e VI, respectivamente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, p. 17), além de “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (Ibid., p. 16).

A universidade faz a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, pois transmite o conhecimento através do ensino, aprimora e produz novos conhecimentos utilizando a pesquisa e, por meio da extensão, difunde e socializa as novas descobertas junto à comunidade (SILVA, 1996). Nesse sentido, a extensão universitária deve ser realizada mediante processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, o qual promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Seu exercício é um grande desafio para a academia, pois compreende um importante canal de oxigenação do saber.

Prestando serviços e assistência à sociedade, a extensão serve como um instrumento para coleta de dados e informações para a realização de novos estudos e pesquisas. Assim, a universidade, ao comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional, tem a oportunidade de renovar a sua estrutura e currículos, conduzindo-os para atender a verdadeira realidade do país. Não é apenas um instrumento a mais de transmissão ou transferência de técnicas, mas também de transformação e construção social (FACULDADES FUNDAÇÃO MOCOCA, 2009).

A extensão universitária também pode ser considerada como uma maneira pela qual a universidade “mostra a sua cara” para a sociedade e, por meio desta atuação, pode ser avaliada, construindo a imagem institucional da universidade. Para o bem ou para o mal, é a ação extensionista que identifica o modo como a Instituição de Ensino Superior trata a população onde está inserida.

Dentre as áreas temáticas que podem ser trabalhadas na extensão, incluem-se a comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia, produção, saúde e trabalho (FORPROEX, 2012); pode ser realizada por diversas modalidades, entre elas: cursos, eventos, prestação de serviços, ação voluntária ou comunitária, publicação e outros produtos acadêmicos.

A extensão universitária é uma possibilidade que o estudante tem de colaborar com a nação, compartilhando o conhecimento, diminuindo as barreiras existentes entre a comunidade e a universidade. Trata-se de um relacionamento de teoria e prática, fazendo com que o conhecimento ultrapasse as salas de aula, permitindo o aprendizado também pela aplicação (SILVA, 2013).

Em parceria com instituições de ensino superior como a Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), o Programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, surgiu em outubro de 2007 e as ações foram realizadas com equipes multidisciplinares compostas por educadores, profissionais recém-formados e estudantes das universidades e faculdades públicas do Estado do Paraná. Atualmente existem centenas de projetos em

mais de 200 municípios paranaenses (PARANÁ, 2013).

A Base de Serviço de Comercialização do Território Centro-Sul é oriunda da interação entre o Conselho Gestor do TCSPR com a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), que elaboraram um projeto alicerçado na metodologia proposta pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O projeto foi apresentado para professores da UNICENTRO que, concordantes da proposta, o encaminharam para o Programa Universidade Sem Fronteiras (USF).

BASE DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO

As Bases de Serviço de Comercialização (BSC's) se constituem uma das ações do Departamento de Dinamização Econômica e Cooperativismo da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e tem por objetivo assessorar os processos produtivos e comerciais dos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária nos territórios rurais (IICA, 2011). As BSC's são definidas como instituições que prestam um ou mais serviços de apoio à comercialização de bens e serviços produzidos em unidades familiares e solidárias, atuando tanto com produtos agropecuários e da pesca quanto com outros serviços provenientes de empreendimentos familiares e solidários, situados no meio rural convencional, distritos e cidades. Podem dedicar-se exclusivamente à prestação de serviços de apoio, bem como a outras atividades conjuntas como a intermediação e a agroindustrialização (BRASIL, 2013a).

A principal rotina da prestação de serviços está entre a obtenção, sistematização e disseminação das informações básicas para a implantação e fortalecimento das atividades de comercialização. Para isso, se recomenda que: mercados e demandas por produtos e serviços atuais dos territórios sejam explorados; a viabilidade da produção desses produtos e serviços seja analisada e; seja feito um levantamento de demandas locais, em termos de capacitação de técnicos e atividades de pesquisa aplicada aos diversos sistemas de produção, fornecimento de informações e parâmetros que possibilitem atuação de estruturas locais voltadas para a adequação da produção aos mercados atuais e potenciais (MDA, 2013a).

A maior tarefa das BSC's, para Júnior e Júnior (2012, p. 3), é ajudar na organização dos agricultores para aumentar o sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis, visando aumento da produção e buscando novos nichos de mercado, agregando valor à produção e encontrando “alternativas novas para o uso da terra garantindo a durabilidade dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e o maior fortalecimento da agricultura familiar”.

AGRICULTURA FAMILIAR E O MERCADO INSTITUCIONAL

Pela lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, o agricultor familiar é definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas. A lei abrange ainda silvicultores, quilombolas, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar empregava na época 12,3 milhões de pessoas, 75% da mão de obra no campo; existiam cerca de 4 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares em todo o Brasil, responsáveis por 70% da produção nacional. Esse setor é responsável por 38% do valor bruto da produção de alimentos, o que gerou em 2006 cerca de R\$ 54 milhões (IBGE, 2006).

No TCSP, os estabelecimentos rurais que se enquadram na produção familiar, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, somavam 21.920 propriedades (correspondendo a 88,5% do total de estabelecimentos), equivalendo a 290.551 ha (45,2% da área total dos estabelecimentos rurais do Território). Destacam-se os municípios de Rio Azul, com 93,9% dos estabelecimentos rurais na forma de agricultura familiar, de Rebouças, com 92,7%, e de Guamiranga, com 92% da ocupação do município no meio rural (IBGE, 2006).

Fazendo uma comparação com o resto do estado, cujo percentual de estabelecimentos familiares alcança 81,6%, o Território Centro-Sul representa 88,5% do total, demonstrando a importância que essa categoria tem para a economia agrária territorial (TORRENS, 2011). Além disso, a agricultura familiar representa uma maneira de melhorar as condições de vida das famílias, como revela o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 (BRASIL, 2013c), afirmando que entre 2003 e 2013 a renda da agricultura familiar cresceu 52%, permitindo que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média (TORRENS, 2011).

No intuito de valorização e apoio a este importante segmento econômico do país, mas tradicionalmente esquecido, algumas ferramentas foram implantadas pelo governo nacional e seguidamente pelos governos estaduais: as chamadas modalidades de compras institucionais, as quais permitem que órgãos estatais comprem, direta ou indiretamente, produtos da agricultura familiar com o intuito de abastecer restaurantes universitários, academias de polícias, hospitais, escolas, entre outros. Como esta compra dispensa licitação, definida pelo decreto nº 7.775, de julho de 2012 e pela resolução nº 50 de 2012, famílias atendidas por essa modalidade de compra estatal podem vender suas produções diretamente para o Governo Federal ou Estadual (BRASIL, 2013b).

Segundo o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini (2013), “é o fortalecimento de um mercado institucional que começa a garantir renda ao agricultor por meio de compras públicas, indo além de outras políticas, como a de crédito” (informação verbal)⁴. Nesse sentido, Mattei (2006) destaca a importância de se superar as deficiências dos sistemas de créditos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é centralizado e não chega a todas as regiões do país, concentrando-se no sul.

Os programas e políticas públicas para apoiar a Agricultura Familiar, tais como o PAA e PNAE, têm por objetivo estimular os agricultores familiares a comercializar de forma conjunta sua produção e seus serviços, ofertando alimentos com qualidade, quantidade e diversidade para atender as demandas do mercado institucional e outros; o trabalho recebe suporte através de assessorias para as iniciativas nas áreas de transformação, comercialização, estudos, diagnósticos, pesquisas de mercado e gestão, criando assim um conjunto de processos, estratégias e ações, priorizando a comercialização dos produtos da agricultura familiar, através da Base de Serviço, que integrarão o Circuito de

4 Informação fornecida pelo Secretário Nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchini, em matéria divulgada no site www.douradosnews.com.br, em 31 mai. 2013, 17h30min.

Comercialização Paranaense (BRASIL, 2013b).

O PAA foi implantado por forma da Lei 10.696, de 02/07/2003, contemplando a compra de produtos de agricultores do grupo A ao E do PRONAF. Pela Cartilha de Acesso ao PRONAF (BRASIL, 2011), esses grupos são caracterizados por serem assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assim como os reassentados em função da construção de barragens e os agricultores familiares.

Vieira e Viana (2013) citam que a compra dos produtos do PAA é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), prefeituras e alguns estados; o preço é estabelecido pela CONAB e pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Atualmente, os métodos usados para garantir a qualidade dos produtos entregues pelo PAA são de responsabilidade dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (CONSEAS) que controlam, na medida do possível, os alimentos entregues através do Programa.

Parafraseando a Cartilha do Tribunal de Contas da União (2010) para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE pode ser chamado de Merenda Escolar, tendo como objetivo completar a alimentação dos alunos, adquirindo produtos da agricultura familiar. Os recursos das aquisições são do Fundo Nacional do Desenvolvimento e da Educação (FNDE) e são repassados às prefeituras, Secretarias de Educação Estaduais, pré-escolas e escolas federais, para que essas instituições adquiram os produtos alimentícios para seus alunos.

O valor *per capita* é estabelecido pelo FNDE, sendo uma entrada constante e significativa na verba utilizada para aquisição da merenda escolar, a qual é definida por aluno. Esse valor, entre os anos de 2003 e 2010, obteve um reajuste de 131% devido ao fato de o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ampliar a rede do PNAE para ensino médio, educação de jovens e adultos e educação integral, conforme cita BRASIL (2013d), cuja tabela 01 apresenta os valores *per capita*.

Tabela 1 - Evolução do Valor *per capita* dia (R\$)

Instituições de Ensino	2002	2003	2009	2010
Creche	-	0,18	0,44	0,60
Pré-escolas	0,06	0,13	0,22	0,30
Ensino Fundamental	0,13	0,13	0,22	0,30
Ensino Médio	-	-	0,22	0,30
Educação de Jovens e Adultos	-	-	0,22	0,30
Escolas indígenas	0,13	0,34	0,44	0,60
Escolas quilombolas	0,13	0,13	0,44	0,60
Educação integral	0,13	0,13	0,66	0,90

Fonte: Brasil (2013d)

Nos anos de 2002 e 2003 não se incluíam no PNAE o ensino médio e educação de jovens e adultos, valor este inserido no ano de 2009 e reajustado em 2010. A educação integral teve um significativo incremento, proporcionando aumento do interesse pelo fornecimento dos agricultores (BRASIL, 2013d).

Para atender o PAA e o PNAE, os produtores precisam se unir, constituindo um movimento social capaz de melhor alcançar o objetivo dos envolvidos no processo de

compra institucional: agricultor, estado e contemplados com os produtos. O mercado institucional é uma importante área de trabalho para os extensionistas, que atuam lado a lado com os agricultores familiares, uma vez que vem ganhando visibilidade e demandando ações técnicas, tanto na melhoria de produtos quanto no auxílio burocrático, justificando o trabalho da BSC.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo compreende o relato de algumas das experiências obtidas por meio da execução de um programa de extensão intitulado Base de Serviço de Comercialização (BSC) do Território Centro-Sul do Paraná, cuja duração foi de um ano (1 de setembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013). Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa do tipo descritiva, a qual “[...] tem como objetivo primordial as descrições das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 44). A abordagem empregada foi qualitativa, que, de acordo com Godoy (1995, p. 21), é aquela em que determinado fenômeno “pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”.

Nesse sentido, buscou-se fazer uma análise da situação das organizações de agricultores atendidas durante a execução do projeto BSC. Para isso, foi utilizada a estratégia de pesquisa de campo, que Fonseca (2002) caracteriza como sendo aquela em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se a coleta de dados junto às pessoas, usando métodos diversos como a pesquisa participante ou a pesquisa ação, uma vez que as informações foram obtidas por meio do acompanhamento das instituições atendidas.

Foi utilizado ainda o procedimento de pesquisa participante, que diz respeito ao envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas (FONSECA, 2002), nesse caso os bolsistas e as organizações de agricultores, respectivamente. Foram obtidas as informações necessárias, com realizações de reuniões nas comunidades, inicialmente com as diretorias das associações e cooperativas, seguidas por reuniões abertas aos sócios.

Utilizaram-se instrumentos como a observação direta, a entrevista e a análise documental, que pode ser feita utilizando materiais diversos, como arquivos, mapas, fichas cadastrais, artigos a respeito do tema, entre outros. Para Ludke e André (1986), essa técnica se constitui uma ferramenta importante na pesquisa qualitativa, podendo complementar informações obtidas por outras técnicas ou revelando aspectos novos de determinado tema.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção serão apresentadas as análises dos dados relativos à experiência da BSC, a qual foi dividida nas seguintes partes e ênfases: a) caracterização do projeto extensionista: demanda local, composição, objetivos, abrangência e metodologia; b) caracterização das instituições atendidas: composição, participação e ações de intervenção; e c) diagnóstico das entidades.

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO BSC DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

A BSC do Território Centro-Sul do Paraná, durante sua atuação, esteve vinculada ao programa Universidade Sem Fronteiras, através do projeto de extensão “Apoio ao Processo de Fortalecimento da Gestão Social Através da Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar”, cujo objetivo era organizar e qualificar estratégias que potencializassem a rede de comercialização de alimentos, produtos e serviços da agricultura familiar do Território Centro-Sul do Paraná, atendendo as demandas de mercado, especialmente em nível institucional, local e estadual.

O trabalho foi executado por diversos bolsistas, de forma interdisciplinar, abrangendo dois profissionais recém-formados e quatro acadêmicos de cursos como Turismo, Administração, Engenharia Ambiental e Engenharia Florestal da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), sendo que durante a execução ocorreu um revezamento de bolsistas, pois muitos se desligavam do programa pelos mais diversos motivos. Todo o trabalho foi realizado mediante orientação de professores do curso de Administração e Engenharia Florestal da UNICENTRO.

Os objetivos específicos do projeto foram: construção e/ou fortalecimento da Rede de Comercialização Territorial, identificando canais de distribuição e logística adequados à realidade local e estadual; ampliação das possibilidades e acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais, locais e estaduais; apoio ao desenvolvimento de marcas, novos produtos e embalagens; assessoria das organizações dos agricultores na elaboração de projetos para fornecimento de alimentos através do PAA e PNAE.

Além disso, o projeto objetivou: auxiliar e apoiar atividades de formação/capacitação aos agricultores familiares e suas organizações; informar, capacitar e incentivar a produção de base ecológica, com apoio a certificação dos produtos, através de SPGs (certificação solidária) e em relação à legislação sanitária, fiscal, trabalhista e da Previdência Social; identificar, qualificar e articular a prática dos agentes de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) na área da comercialização; integrar a pesquisa e a extensão, aproximando a Instituição de Ensino Superior dos técnicos, dos agricultores e suas organizações.

A Base de Serviço de Comercialização do Território Centro-Sul do Paraná atendeu 13 associações e 3 cooperativas, que estão localizadas nos municípios de Fernandes Pinheiro, Irati, Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Associações atendidas pela BSC

MUNICÍPIO	NOME
Fernandes Pinheiro	Associação de Moradores e Produtores Rurais "União e Trabalho" de Fernandes Pinheiro – AMPRUT;
	Associação de Apicultores e Meliponicultores de Fernandes Pinheiro – AMFEPI;
Ipiranga	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Pombal e Cangueirinha de Ipiranga – AMPC;
Irati	Associação de Agricultores do Riozinho de Irati – ASAGRIO;
	Girassol Cooperativa Agroindustrial do Centro-Sul do Paraná – GIRASSOL;
	Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis – ASSIS;
Inácio Martins	Associação Coletiva de Produção Agropecuária Camponesa de Inácio Martins – ACOPAC;
	Associação de Agricultores do Assentamento Santa Rita de Inácio Martins – AGRISANTA;
	Associação Menino Jesus de Inácio Martins – MENINO JESUS;
Ivaí	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Ivaí – COODESAFI;
Mallet	Associação dos Produtores da Agricultura Familiar e Produtos Coloniais de Mallet;
Prudentópolis	Associação Marcondense de Agricultores – AMA;
Rebouças	Associação de Mulheres Comunitárias Faxinalenses de Marmeleiro de Baixo - ASMUC-F;
Rio Azul	Associação de Agricultores da Invernada de Rio Azul – APRI;
	Associação Nossa Senhora Aparecida de Rio Azul;
Teixeira Soares	Cooperativa de Produção, Comercialização e Agroindustrialização de Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Teixeira Soares – COPCATS.

Fonte: os autores

A metodologia do projeto foi dividida em quatro etapas para que fosse possível obter resultados melhores e ações mais produtivas, sendo elas: 1 - Fase de ambientação, capacitação, sensibilização e inserção de bolsistas; 2 - Realização de visitas às organizações e agricultores, colhendo informações, detectando demandas e avaliando os aspectos positivos e negativos na ação comercial e gestão dos empreendimentos; 3 - Busca por áreas de estudo e pesquisa, sob responsabilidade dos bolsistas recém-formados, que possam auxiliar na estruturação da BSC; 4 - Divulgação dos resultados obtidos durante a execução do projeto.

Por meio dessa metodologia de trabalho, buscou-se conhecer as informações pertinentes às associações para que houvesse a identificação dos seus pontos fortes e fracos, conhecimento esse adquirido por intermédio de parcerias com a universidade, através da extensão universitária.

Alguns municípios atendidos pelo presente trabalho têm por perfil a produção de fumo, cultivo prejudicial à vida e ao meio, e que constantemente é alvo de projetos que fomentam e incentivam a diversificação de culturas. A compra de alimentos pelos programas institucionais é um meio apoiador para que ocorra essa transição, representada por dois programas: PAA e PNAE.

CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS

As associações atendidas pela BSC fazem parte do Território Centro-Sul e são compostas, em sua maioria, por agricultores familiares com baixa renda e em regiões com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). No ano de 2000, o Território somava o número de 23.620 famílias pobres, sendo 36,7% do total delas, indicando uma quantidade superior à média paranaense, de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, que chegaram a ultrapassar o dobro da média estadual (MDA, 2011).

Aceitando o auxílio da BSC, as associações atendidas tomaram o primeiro passo do planejamento citado por Petrocchi (1998): a decisão, optando por aceitar o auxílio proposto pela equipe. Após um evento em que se fizeram presentes representantes das Secretarias de Agricultura, Secretarias de Educação, EMATER, Nutricionistas, Associações, Cooperativas e Agricultores Individuais dos 12 municípios do Território, foram definidas as organizações que seriam atendidas pela equipe, dentre as que estiveram presentes.

Foram realizados os diagnósticos em cada uma das organizações de agricultores, sendo esse um primeiro contato a campo, nos quais se buscaram informações básicas junto aos presidentes, tais como: número de associados/cooperados; existência de estrutura física de posse da organização; as dificuldades que tinham; e o que sentiam falta para a associação/cooperativa, no sentido de *marketing*, de possibilidades de realizarem mais cursos e obterem mais conhecimentos.

Em um segundo momento, foi realizada uma oficina em cada organização, com a presença do maior número possível de associados, levando um conteúdo de motivação, de informações a respeito do que é o cooperativismo/associativismo, quais os deveres de quem faz parte da organização, a importância de cooperar e, ainda, foram levadas informações sobre cursos, editais e oportunidades que poderiam ser úteis para eles.

Os principais resultados e ações que foram obtidos com o trabalho da equipe dizem respeito à padronização de fichas cadastrais da associação e dos associados a fim de compor um banco de dados; elaboração de sete projetos atendendo a um edital do BNDES, com recursos a fundo perdido; confecção de logomarcas de forma gratuita para aqueles que ainda não possuíam tal ferramenta para seu *marketing*; aquisição de pastas e *pen-drive* para cada organização, contendo esse material adquirido, bem como fotos das visitas realizadas e os arquivos contendo as logomarcas.

Ainda, foram intermediados cursos do PRONATEC Campo, sendo contempladas várias vagas para associados, participantes em turmas de Irati e Rio Azul; foram repassadas oportunidades como a Regularização Fundiária, o Pró-rural e Fábrica do Agricultor.

Na execução dos objetivos do projeto de extensão por meio da BSC, a ferramenta utilizada para levantar pontos pertinentes nas associações atingidas foi a análise por meio da matriz SWOT⁵, abreviada das seguintes palavras: *Strengths* (Pontos Fortes), *Weaknesses* (Pontos Fracos), *Opportunities* (Oportunidades) e *Treats* (Ameaças).

5 A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análises de cenário ou de ambiente, servindo como base para a gestão e o planejamento estratégico de uma organização, sendo considerado um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa em determinado ambiente (DAYCHOUW, 2007).

DIAGNÓSTICO DAS ENTIDADES ATENDIDAS

Decorrente das análises feitas com a observação participante, mediante pesquisas de campo, foi preenchida a matriz SWOT da seguinte maneira, considerando as realidades das associações e cooperativas atendidas:

Quadro 01: Matriz SWOT das associações agrícolas do Território Centro-Sul do Paraná

MATRIZ SWOT		
	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Pontos Fortes (Strengths)	Pontos Fracos (Weaknesses)
	Cadeia organizacional incipiente, fácil de ser remanejada.	Desmotivação; Falta de capacitação digital; Centralização das obrigações nos presidentes.
Fatores externos	Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Treats)
	Mercado institucional; Mercado privado; Proximidade com mercados consumidores; Instituições capacitadoras.	Inserção de outras associações no mercado privado e institucional.

Fonte: os autores

Com o trabalho realizado durante o projeto, a equipe da BSC, observando as limitações e qualidades ainda não exploradas nas organizações de agricultores familiares, percebeu que as maiores fraquezas estavam nas áreas de gestão e capacitação dos seus recursos humanos; tendo essas limitações, as associações têm dificuldade em encontrar mercado para escoar suas produções.

Quanto às oportunidades, os mercados institucionais são vias que podem contribuir para inserção de recursos nas associações; pelas vantagens citadas, esta prática pode incluir capital que venha a ser usado para sanar limitações enfrentadas. Além dos mercados institucionais, há o mercado privado que carece de produtos advindos de propriedades que compõem as organizações estudadas, o qual pode ser tanto municipal quanto regional, devido à proximidade com polos consumidores como Curitiba, Guarapuava e Ponta Grossa.

É perceptível a falta de motivação que ocorre nas organizações. Não havendo participação constante nas atividades da associação pela maioria dos associados, isso gera outro impasse: a necessidade de centralizar as atividades na diretoria, que fica responsável por maior parte dos trabalhos. Comumente percebe-se que a pessoa que centraliza essas atividades não o faz de má fé, mas por motivo de ser a mais capacitada para questões burocráticas ou tecnológicas.

A questão da inserção no meio digital é outro problema enfrentado, devido à ausência de recursos tecnológicos básicos para o trabalho de qualquer empresa, resultando na falta de capacitação dos recursos humanos que atuam na gestão das associações e que acabam não acompanhando as mudanças do mercado. Assim, do mesmo modo que as associações inseridas no Território Centro-Sul do Paraná podem buscar mercados de outras

regiões, tanto os privados, quanto os institucionais, outras instituições que visam ganhar mercado na região trabalhada acabam por ocupar o mercado potencial da agricultura familiar organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações estudadas estão incluídas em um ambiente com potencialidades notórias, possuindo mercados para o escoamento dos produtos advindos de seus associados. Porém, apresentam forte necessidade de capacitação administrativa do seu pessoal envolvido para atender da melhor forma as necessidades do mercado em que estão inseridas, especialmente devido à mudança de demanda acelerada do mercado privado e a complexidade burocrática do mercado institucional.

Essas organizações carecem de uma motivação externa para começarem a desenvolver o trabalho de melhoria, mas uma ajuda não pode se tornar dependência, revertendo em comodismo da parte auxiliada. É função da gestão pública, aliada à universidade por meio da extensão universitária, prover condições básicas ao desenvolvimento do associativismo e cooperativismo entre agricultores familiares, de modo a alavancar o giro de recursos dentro da região do Território Centro-Sul do Paraná, capacitando e prestando assistência adequada ao início e andamento das atividades.

Apesar dos problemas enfrentados e das dificuldades impostas pela falta de capacitação técnica das comunidades, é memorável o interesse e a disponibilidade desses grupos em melhorar, cooperando com as atividades que a BSC executou e participando ativamente e de forma crescente das reuniões e discussões propostas. Ainda há muito trabalho a ser feito, mas contando com o apoio do setor público e institucional, é possível alcançar o desenvolvimento sustentável e economicamente viável para a agricultura familiar do Território Centro-Sul do Paraná.

Dessa maneira, percebe-se a importância da extensão universitária atuando junto à comunidade, buscando identificar os pontos a serem melhorados pelas organizações de agricultores, auxiliando no seu crescimento e abrindo-lhes novas portas para oportunidades e conhecimento.



REFERÊNCIAS

AMCESPAR. **Apresentação do Território Centro-Sul**. Disponível em <<http://www.amcespar.com.br/pag.asp?id=90>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira** (LDB). Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2013.

_____. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 12 dez de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha de acesso ao Pronaf**. Brasília: MDA, 2011.

_____. **Texto-Síntese sobre SECAFES e BSC's**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br/midioteca/doc_view/198-texto-sintese-sobre-secafes-e-bscs.raw?tmpl=component>. Acesso em: 05 dez. 2013a.

_____. **Compra institucional**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/10629114>> Acesso em: 27 mai. 2013b.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>>. Acesso em: 12 dez. 2013c.

_____. **Educação**. Ministério da Educação. Disponível em <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro3/3.2_Educacao.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2013d.

DAYCHOUW, M. **40 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

DOURADOS NEWS. **Programas garantem comercialização de produtos da agricultura familiar**. Mai, 2013. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/brasil-mundo/programas-garantem-comercializacao-de-produtos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

FACULDADES FUNDAÇÃO MOCOCA. **Manual da extensão universitária**. 2009. Disponível em: <<http://www.fafem.com.br/extens%E3o/manual.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. In: SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. A pesquisa científica. Cap 2. p. 31 – 42. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus, 2012. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**. Mai/Jun. 1995. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29.

IBGE. **Paraná Cidades:** censo 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. **Censo Agropecuário 2006:** Agricultura familiar. Rio de Janeiro, 2006.

IICA. **PRODUTO 03:** Proposta de conteúdos de Educação à Distância para as Bases de Serviços de Comercialização. Brasília/DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2011.

IPARDES. Diagnóstico Socioeconômico do Território Centro – Sul: **Estado do Paraná.** Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2007

JÚNIOR, G. S.; JÚNIOR, I. P. **Bases de Serviços de Comercialização (BSC) no Território do Sisal - BA: perspectivas e desafios para a comercialização da agricultura familiar.** 2012. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2012/anais/a02.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos:** mapa de produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MDA. **PRODUTO 6:** Relatório contendo análise das articulações institucionais e políticas públicas realizadas em apoio ao desenvolvimento territorial e seus resultados. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Território Centro Sul do Paraná, 2011.

PARANÁ. Universidade Sem Fronteiras. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>. Acesso em 11 dez 2013.

PETROCCHI, M. **Turismo:** Planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

PORTAL BRASIL. Brasil está entre os países que mais apoiam agricultura familiar na América Latina. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/10/brasil-esta-entre-os-paises-que-mais-apoiam-agricultura-familiar-na-america-latina>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SILVA, O. D. O que é extensão universitária? In: **II Simpósio Multidisciplinar “A Integração Universidade – Comunidade”.** Disponível em: <<http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

TORRENS, J. C. S. **Produto 4:** Versão Final do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Centro-Sul do Paraná: Versão Integral. Curitiba: 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar– PNAE. 5. ed. Brasília: TCU, 2010.

VIEIRA, D. F. A.; VIANA, C. A. S. **O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação como modo de funcionamento da agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/98.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.



Artigo recebido em:
8/2/2014

Aceito para publicação em:
2/2/2015